



Questão 1

Os temas poder, política e Estado são bastante correlacionados em vários aspectos essenciais para a análise dos fenômenos sociais. Assuntos como cidadania, classe social, as instituições, dentre outros, não são possíveis de serem observados sem a devida referência às dinâmicas de poder, política e Estado. Neste caso, quais perspectivas teóricas apresenta a sua contribuição para a disciplina.

Para esta questão, abordarei as perspectivas do liberalismo político e do marxismo, que, embora sejam antagônicas em muitos pontos, acabam constituindo conjuntamente um quadro teórico fundamental para a compreensão sociológica da realidade social.

Sobre o liberalismo político é preciso remeter os seus origens no debate acerca das liberdades civis e políticas. Especialmente no princípio iluminista de auto-instituição da sociedade, não devendo ficar a cargo apenas do poder físico e econômico a organização social. Assim, considerando o parâmetro de Stuart Mill, o poder social e intelectual se torna fator importante para a compreensão do Poder, como um todo. Na realidade, a democracia liberal se desenvolve através de sociedades protegidas pela lei e não pela benevolência das elites. Ou seja, o poder, modulado normativamente, deve favorecer a liberdade dos indivíduos não sendo invasivo nas ações e direitos dos cidadãos.

Este ponto de partida é o suporte teórico para a compreensão da política nesta perspectiva, uma vez que é a cidadania a chave interpretativa neste aspecto. A participação social acaba ficando livre de requisitos de propriedade, especialmente no que se refere ao sufrágio universal. O voto, por meio das instituições representativas significava, ao menos para os homens naquele período, a garantia de que vozes

minoritários, e isso, ocorre em todos os regimes políticos. Aspectos como a renda, a classe, o status e prestígio social não deveriam eliminar totalmente a participação política do cidadão.

É neste sentido que a dimensão do Estado se articula ao liberalismo político. Apesar de Stuart Mill reconhecer um governo do povo jamais elegerá, os governos de maioria ou de minoria ativa não devem, por meio do Estado, agir contrariamente à sociedade civil. Como a ordem política é fundada por uma constituição humana baseada em princípios racionais, a liberdade e a salvaguarda dos cidadãos para se defenderem, inclusive do Estado, quando assume formas opressivas. Dessa forma, o Estado somente deveria intervir quando as ações individuais afetam os direitos dos outros indivíduos.

A perspectiva marxista considera o aspecto do Poder a partir fundamentalmente, embora não exclusivamente, da esfera econômica. As classes sociais são detidas de poder de acordo com a sua posição no modo de produção. No capitalismo, como a burguesia detém o monopólio dos ~~meios~~ meios de produção e da reprodução do capital, ela transfere seu poder econômico em poder político.

Este ponto dialoga precisamente à dimensão do Estado. Nesta perspectiva, o Estado é expressão da dominação de classe. Uma expressão política, sobretudo. Em relação à sociedade civil, o Estado seria incapaz de promover a emancipação da classe proletária, pois não representa o homem epistémico ou abstrato - que na terminologia da perspectiva anterior seria o cidadão da sociedade civil. Isto, porque a cidadania na realidade não impedia que diferenças sociais, advindas da propriedade privada, afetem a dinâmica política.

Portanto, este último aspecto relacionado ao Estado se liga diretamente à questão política do marxismo -

Refino-me à luta de classes sociais. É o processo de lutas que move a história política. Tendo na fase do capitalismo, a tarefa de abolição do Estado, pois o mesmo não se libertará de suas deficiências por ser uma expressão política da dominação de classe. Assim, a cidadania, tal expressão política da participação social nas instituições da democracia liberal, seria constantemente submissa à ordem burguesa. Uma vez que os direitos individuais, sob o Estado, remetem à alienação do homem em relação à sua comunidade política e, principalmente, ao produto do seu trabalho. Marcando, assim, interesses apenas particularistas apesar da abordagem generalista do Estado. Por fim, vejo que a abordagem destas duas perspectivas seja essencial para compreender boa parte da discussão acerca do poder, política e Estado que permeia a análise sociológica.

Questão 2

A partir da discussão teórica da questão anterior, trago uma análise de caso que se relaciona à crise de democracia brasileira. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que os elementos que afetam o funcionamento da democracia no Brasil pode ter origem em processos políticos mais distantes, historicamente falando. Refino-me ao próprio processo de consolidação democrática do país, após a ditadura militar. Analistas de tema, como Guillermo O'Donnell, relatam que o funcionamento das instituições democráticas no período da transição conseguem dar conta apenas do eixo democrático da liberdade. Ou seja, o funcionamento formal e livre das instituições políticas. No entanto, para o eixo democrático da igualdade, assim que a democracia se consolida, seria

100
necessário um conjunto de reformas para democratizar o acesso ao Estado. Um seja, uma forma de "regra" transitória no aspecto social, pois do contrário, a democracia poderia entrar em crise por causa da falta de legitimidade popular. Uma vez que as condições de vida não melhoraram na sociedade de classes. Neste sentido, os governos brasileiros das últimas décadas, particularmente os do PT, entraram nesta questão da redução da desigualdade social, mas tais reformas foram consideravelmente mais lentas do que se esperava.

Em regra de bases, o arranjo institucional do sistema político brasileiro correja uma série de dificuldades para os governos se estabilizarem. Refiro-me ao que os analistas denominam de presidencialismo de coalizão. A fragmentação partidária crescente é um dos elementos institucionais que acarreta a dificuldade de governar coalizões, dentre outros aspectos.

Porém, em duas considerações, a crise contemporânea tem a ver com o fato de um governo ter sido eleito com um programa político, mas impedido de continuar um núcleo de um núcleo dentro da chapa eleitoral. Cito vice-presidente Michel Temer substituir o programa eleito para implantar um novo, de linha mais liberalizante e totalmente voltado ao mercado.

O caso concreto específico que apresenta é a política econômica dos governos Lula e Dilma Rousseff visado o desenvolvimento econômico a partir da coordenação estatal da economia.

Durante os dois governos elevaram uma política industrial que fez surgir o que se chamam de empresas "campeãs nacionais". A lógica era que companhias nacionais conseguissem divisas no mercado internacional e dinamizasse a indústria nacional.

A questão é que tais empresas também, na sua maioria, financiam fortemente as eleições no país. Apesar de ter grande peso não terem financiado apenas o governo, ou seus aliados, investindo também em partidos da então oposição, como o PSDB e DEM, o desequilíbrio econômico no processo eleitoral foi enorme.

Portanto, a questão democrática se torna vital neste ponto a partir das dimensões do poder, da política e do Estado.

Com relação ao poder, frente a perspectiva marxista quanto a liberal teoria problemas para justificar um processo político-eleitoral dominado por grandes empresas. Já que o poder não deveria emanar apenas do aspecto econômico, inclusive para os liberais. Embora o marxismo preveja a transformação de poder econômico em político.

Com respeito à política, a crise da democracia brasileira expressa a falta de conexão entre o estado popular e a condução do governo. Neste aspecto, os liberais teriam dificuldade para defender um governo formado a partir de um impeachment questionável e, principalmente, condução de políticos difamados dos referendos nas eleições. A perspectiva marxista de política considerava este fato como decorrência da dimensão econômica, tendo os setores e personalidades mais ativos apoiado o governo de Michel Temer que se sobrepôs.

Por último, no aspecto do Estado, as principais questões podem ficar mais evidentes. Considerando o Estado como um ator fundamental para a acumulação capitalista, o marxismo poderia defender a ideia de um ~~país~~ país de governo capaz de alavancar grandes empresas campeãs nacionais. Por o Estado é uma expressão da dominação política de setores econômicos. No entanto, a perspectiva crítica do liberalismo político poderia entrar em conflito com respeito aos efeitos desta dinâmica para os cidadãos. Uma vez que o Estado está fortemente entrando no mercado, que deveria ser cenário de trocas

consentidos mas livres e menos induzidos, sobretudo pelo Estado.

Questão 3

Sobre esta última questão apresento um plano de aula da primeira aula sobre os temas discutidos até o momento. Deixo claro que, como se trata de uma aula inicial, mas que será seguida de mais três, haverá a necessidade de um conteúdo mais introdutório no presente plano.

De uma forma geral o conjunto das aulas abordará as dimensões do Poder, Política e Estado a partir das seguintes perspectivas. Na primeira aula tratarei da discussão o termo de Maquiavel. Na segunda, a discussão abordará os contratualistas, principalmente Hobbes e Rousseau. Na terceira, tratarei do tema enfocando o debate sobre as perspectivas liberal e marxista. Na última aula farei na revisão, articulando o debate com as estruturas contemporâneas de Poder, Política e Estado.

Especificamente, o plano da primeira aula, consistirá dos seguintes elementos: a) apresentação de todo o tema, ou seja, dos tópicos que serão tratados nos quatro aulas; b) uma exposição do tema do Poder, Política e Estado em Maquiavel; e) uma avaliação.

O objetivo desta primeira aula será despertar nos alunos e alunas a curiosidade e aprofundar o tema. Uma vez que a maneira como eles se inserem na realidade social tem muito a ver com o debate de autores clássicos, cujos conceitos, em boa parte, ainda são bastante referenciados na vida política. Além disso, o objetivo é conseguir que o tema assimile o conteúdo introdutório do tema.

Neste caso, o processo avaliativo poderá ser um instrumento fundamental.

O conteúdo buscará se partir inicialmente na trajetória de vida de Maguierel. Considerando o seu contexto político e social. As suas experiências de vida como burocrata e conselheiro de autoridades locais, assim como, as consequências dessas atividades, especialmente o seu ostracismo.

Ainda no conteúdo, a exposição buscará, tendo como ferramenta o quadro para explicar o tema, mostrar alguns pontos importantes da teoria do autor. Especialmente a relação com a Igreja Católica. Como Maguierel rejeita a teologia e a moral histó para explicar a conquista e a manutenção do poder, é importante relacionar este ponto com os conteúdos anteriores já tratados nas aulas de história.

O conteúdo também abordará a contraposição do Estado Republicano ao absolutismo. E também, de como alguns "vícios", antes considerados pela Igreja, poderão se tornar "virtudes" na arte da política. Ou seja, a política e o poder deixaram a esfera da providência divina e passaram para a esfera do realismo político, interpretado e atuado pelos homens. Justificando assim o recorte temático, de acordo com as diretrizes educacionais e do plano pedagógico da escola.

A metodologia, além da exposição no quadro, também constará de uma avaliação para ser entregue na próxima aula. A questão será: O contexto social influenciou a obra de Maguierel analisada na aula? Se sim, cite um ponto discutido que lida a uma possível contradição com a Igreja Católica. A questão poderá ser feita em grupo de até cinco alunos, com no máximo quinze linhas de resposta.

Ainda na metodologia, a interação e participação na aula será buscada, especialmente no âmbito do poder.

Considere esta aproximação inicial mais intuitiva, podendo ser seguida articulada com as dimensões da política e, por fim, do Estado.

Com respeito à relevância, creio que, para além do conteúdo didático, o tema é importante para os jovens em formação, sobretudo considerando os seus interesses políticos na esfera eleitoral. No início do mesmo mês, estes jovens já estarão em processo de tirar o título eleitoral.

Além disso, o tema tratado neste conjunto de aulas é estimulante para que ajude na formação política e outras esferas para além da eleitoral, elemento fundamental para o processo de aprendizagem de socialização cívica em todo.